

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAMPESINATO NO SÉCULO XXI: GRAUS DE CAMPESINIDADE E AGROINDUSTRIALIZAÇÃO NA COMUNIDADE DE SÍTIO PALMEIRAS, CHÃ GRANDE - PERNAMBUCO

Ladjane de Fátima Ramos Caporal¹
Irenilda de Souza Lima²

Resumo

Neste estudo, buscou-se compreender e caracterizar o camponês contemporâneo a partir de leitura dos estudos clássicos, dos estudos do brasileiro e dos estudos contemporâneos sobre campesinato. Além disto, realizou-se pesquisa empírica na comunidade do Sítio Palmeiras, localizada em Chã Grande, município da Zona da Mata Norte de Pernambuco, com o intuito de identificar tipologias e graus de campesinidade e agroindustrialização no meio rural como métodos que possibilitam estabelecer tipos de camponeses e produtores agroindustriais ou modernizados. Por outro lado, buscou-se contribuir para marcar as diferenciações do campesinato dentro de um segmento social amplo que está abrigado sob a nomeação de agricultores familiares e que tem sido amplamente utilizado pelas políticas públicas e por alguns estudos acadêmicos. Assim sendo, este estudo objetivou caracterizar e evidenciar a presença do campesinato no mundo rural contemporâneo, de forma a contribuir para a formulação de políticas públicas diferenciadas, bem como para o avanço do conhecimento sobre dos diferentes modos de vida que asseguram a existência de um campesinato, mesmo quando era de se esperar que todos os camponeses houvessem sucumbido diante da força da modernização imposta ao campo no período da Revolução Verde.

Palavras-chave: campesinato, grau de campesinidade, agroindustrialização.

CONSIDERATIONS ON PEASANTRY IN THE XXI CENTURY: DEGREES OF PEASANT LIFE AND AGROINDUSTRIALIZATION IN THE COMMUNITY OF SÍTIO PALMEIRAS, CHÃ GRANDE - PERNAMBUCO

Abstract

In this study, there was a need to understand and characterize the contemporary peasant through the reading of classic studies, Brazilian studies and the contemporary studies of the farm laborers. Also, an empirical research was done in a community located in Chã Grande, at the Zona da Mata Norte of Pernambuco, aiming at the identification of typologies and degrees of peasant moral order and agroindustrialization in the rural area as a mean to establish types of peasants and

¹ Graduada e licenciada em psicologia (FACHO), Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Rural (UFRPE), email.: ladjane.caporal@gmail.com.

² Graduada em Medicina Veterinária (UFRPE), Licenciada em Ciências Agrícolas (UFRPE), Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural (UFRPE). Doutorado em Ciências da Comunicação (USP). Pós doutorado no INRA . Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Coordenadora do Programa de Pós-grad. em Extensão Rural e Desenv.Local (UFRPE). Email.: irenilima2@gmail.com.

agroindustrial or modern producers. On the other hand, contributions were made to differentiate the farm laborers in a wide social segment that is under the family agriculture umbrella, therefore being very used in public policies and by some academic studies. Therefore, this study aimed at characterizing and identify the presence of the farm laborers in the contemporary rural world, in a way to contribute to the creation of different public policies, as in improving the knowledge of the different ways of life that assure the existence of a farm laborer, even when it was expected that the peasants had succumbed facing the modernization force imposed during the Green Revolution.

Key words: peasant, degrees of peasant moral order and agroindustrialization in the rural area.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo está circunscrito no campo de Estudos do Campesinato. O objetivo principal é analisar como se apresentam os graus de campesinidade e agroindustrialização na comunidade do Sítio Palmeiras, localizado no município de Chã Grande, na Zona da Mata do Estado de Pernambuco.

Tomou-se a seguinte pergunta de pesquisa: **na categoria geral de agricultor familiar é possível estabelecer uma diferenciação a partir do estudo dos graus de campesinidade e agrindustrialização?**

Assim sendo, os objetivos deste estudo são: (a) analisar a existência de tipologias de camponeses e produtores agroindustriais ou modernos a partir do processo de modernização agrícola e, (b) discutir sobre a possibilidade de permanência de um campesinato em sociedades globais capitalistas.

A hipótese que norteou a pesquisa foi a de que o processo de modernização no campo não aconteceu de forma homogênea para todos os camponeses, tendo havido aqueles que resistiram e aqueles que aceitaram parcialmente as tecnologias da Revolução Verde e outros que se modernizaram, acatando o chamado "pacote tecnológico" (sementes melhoradas, agrotóxicos, fertilizantes químicos e motomecanização, entre outros), criando no meio rural diferentes arranjos no seu sistema produtivo-reprodutivo.

Para tanto, inspirou-se na metodologia desenvolvida por Victor Toledo (1995) e Victor Toledo, Alarcón-Chaires e Barón (2002), que foi aplicada à realidade rural do México pelos autores. A referida metodologia permite identificar tipologias e graduações de campesinidade e agroindustrialização no meio rural contemporâneo como resultantes das transformações ocorridas nos últimos 50 anos, fruto do processo de modernização da agricultura.

No entanto, destaca-se que o ambiente rural é dinâmico e que as transformações no campo, decorrentes da modernização, não são homogêneas e depende de cada contexto cultural local e, fundamentalmente, da forma como cada agricultor se apropria ou é apropriado do processo de modernização e da sua forma de apropriação e produção da natureza.

Adotou-se neste estudo alguns dos indicadores estabelecidos pelos autores supracitados, que se mostraram anteriormente eficientes para medir os graus de campesinidade e agroindustrialização - no caso do México: a) energia utilizada no agroecossistema; b) autossuficiência; d) natureza da força de trabalho; e) diversidade produtiva; adaptação a partir de Toledo (1995) e Toledo, Alarcón-Chaires e Barón, (2002).

Segundo Toledo, Alarcón-Chaires e Barón (2002), a modernização agrícola afetou o meio rural, criando um efeito de mosaico, no qual os camponeses se diferenciaram numa gradação que vai do protótipo camponês ao protótipo agroindustrial, sabendo-se que os protótipos são tipos ideais que não são encontrados na realidade. Verificar como se encontra esta realidade através da aplicação da metodologia de grau de campesinidade e agroindustrialização permite responder a pergunta: como se encontra o camponês contemporâneo? Assim afirmam os autores a seguir:

Nos espaços rurais, os diversos níveis de “modernização” se expressam como um mosaico com diferentes graus de campesinidade e agroindustrialização. A identificação e caracterização destas tonalidades permite, por último, gerar uma tipologia de produtores e, ao mesmo tempo que permitem avaliar o grau de “modernização rural” que apresenta um dado espaço³. (TOLEDO; ALARCÓN-CHAIRES; BARÓN, 2002, p. 47).

Marques (2008) segue a mesma lógica, apoiado em Woortmann (1990), para apontar que a campesinidade é inerente a um lugar, um momento histórico e um dado tempo:

De acordo com Woortmann (1990), a campesinidade corresponde a uma qualidade encontrada em diferentes tempos e lugares, que expressa a importância de valores da ética camponesa para indivíduos ou grupo específicos. Estes podem apresentar maior ou menor grau de campesinidade segundo sua trajetória de vida e sua forma de integração à sociedade moderna capitalista (WOORTMANN (1990) apud MARQUES, 2008, p. 59).

Outro conceito perseguido neste trabalho foi o de campesinato, em que, para Sevilla Guzmán e Molina, o camponês é definido como sendo um sujeito social:

[...] mais que uma categoria histórica ou sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculados aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível de tecnologia de cada momento histórico e pelo grau de apropriação de tal tecnologia, gerando-se assim distintos graus de “campesinidade” (no original: grados de campesinidad). (SEVILLA GUZMÁN; GONZÁLEZ DE MOLINA, 2005, p. 78).

Apresenta-se, a seguir, um quadro que permite uma visualização das principais características do modo camponês e do modo agroindustrial e sua relação com a natureza, como foi proposto por Víctor Toledo:

³ Tradução livre.

Quadro 1 – Principais características do modo camponês e do modo agroindustrial de uso dos recursos naturais

Parâmetros	Camponês	Agroindustrial
Energia	Uso exclusivo de energia solar	Uso predominante de energia fóssil
Escala	Minifúndio ⁴ e coletivos/área de uso comum ⁵	Médias e grandes propriedades
Autossuficiência	Alta autossuficiência. Pouco uso de insumos externos	Baixa ou nula autossuficiência. Alto uso de insumos externos.
Força de trabalho	Familiar e ou comunitária	Familiar e ou assalariada
Diversidade	Alta diversidade eco-geográfica, biológica, genética e produtiva	Área de cultivo com baixa diversidade por especialização
Produtividade	Alta produtividade ecológico-energética, baixa produtividade do trabalho.	Alta produtividade do trabalho, baixa produtividade ecológica e energética.
Dejetos/resíduos	Baixa ou nula produção de dejetos	Alta produção de dejetos
Conhecimento	Holístico, agrafo, baseado em fatos e crenças de transmissão limitada e altamente flexível.	Especialização, baseado exclusivamente em fatos objetivos, transmitido por via escrita, de ampla transmissão, porém estandardizadas.
Cosmovisão	A natureza é uma entidade vivente e sacralizada.	A natureza é um sistema (ou uma máquina) separada da sociedade, cujas riquezas devem ser exploradas através da ciência e da técnica.

Fonte: VICTOR TOLEDO (1995, p. 12)

Estudos atuais realizados por Van der Ploeg (2008); Victor Toledo (1995); Sevilla Guzmán e González de Molina (1993 e 2005) e Wanderley (1996 e 2009), entre outros, indicam que o campesinato não desapareceu completamente, embora tenha sofrido profundas transformações. Seguramente, o avanço do capitalismo e a transformação das forças de produção, que são marcas profundas do chamado

⁴ Atualmente, o módulo fiscal serve de parâmetro para a classificação fundiária do imóvel rural quanto à sua dimensão, de conformidade com art. 4º da Lei nº 8.629/93, sendo: Minifúndio: imóvel rural de área inferior a 1 (um) módulo fiscal; Pequena propriedade: imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais.

⁵ Acréscimo nosso para situar melhor a realidade brasileira.

processo de “modernização dolorosa”, não foram suficientes para acabar com esta categoria social.

No cenário da pesquisa, encontra-se em curso nas duas últimas décadas, por injunções técnico-políticas, o uso da expressão **agricultor familiar**, especialmente a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para designar todo e qualquer agricultor que viva no campo e que tenha as características citadas pela Lei da Agricultura Familiar. Neste sentido, as políticas públicas adotaram a agricultura familiar como segmento do mundo rural que passou a ser tratado de forma genérica, sem uma preocupação maior com as diferenciações que possa haver dentro deste universo. Assim sendo, o camponês ficou cada vez mais invisibilizado e se diluiu na ampla categoria de agricultor familiar, cuja definição encontra-se estabelecida na Lei da Agricultura Familiar, Nº 11.326, de 2006:

[...] considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006)⁶

Como parte da agricultura familiar, a Lei incorpora os extrativistas, os povos indígenas, os pescadores artesanais, os aquicultores e os empreendedores familiares, não havendo menção ao termo camponês entre as categorias relacionadas. Além disso, cada vez mais, os termos **agricultura familiar camponesa ou agricultura camponesa familiar** são usados, na literatura acadêmica, algumas vezes sem que se faça uma distinção ou conceitualização dos termos. Consta-se que uma das características do campesinato é ter um sistema de produção familiar, sendo assim, o uso da expressão “agricultura familiar camponesa” ou “agricultura camponesa familiar” é, no mínimo, uma redundância, uma vez que a agricultura camponesa é, por definição, familiar. Como afirma Chayanov (1974, p. 47) “[...] devemos aceitar que o caráter da família é um dos fatores principais na organização da unidade econômica camponesa”.

Assim, dada a ambiguidade e abrangência do conceito estabelecido na Lei, a categoria de agricultor familiar, além de conter diferentes grupos sociais abriga sob o mesmo guarda-chuva tanto os agricultores que se modernizaram e se tornaram “mais” agroindustriais, com característica de empresa agrícola familiar, como aqueles com traços de campesinidade. Como dito antes, o camponês passa a não ser valorizado pelos discursos e também pelas práticas de políticas públicas.

Abramovay (1992, p. 22) destaca que “uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode nem de longe ser caracterizada como camponesa”, apontando, assim, a necessidade de se fazer distinções no

⁶ Observe-se que a própria Lei contribui para criar uma maior confusão conceitual, na medida em que iguala “agricultor familiar” e “empreendedor familiar”, sem sequer definir o que seja o empreendedor familiar.

conceito de Agricultura Familiar na forma como vem sendo usado na atualidade, como menciona Wanderley (2009, p. 157).

A agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se funde sobre a relação acima indicada entre propriedade, trabalho e família⁷. No entanto ela tem particularidade no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global.

Abramovay afirma ser “possível uma distinção conceitual entre as duas formas fundamentais de produção familiar⁸” e segue a sua argumentação, dizendo que “a raiz da diferença está fundamentalmente no ambiente social, econômico e cultura” de cada uma delas. O que reforça a necessidade deste estudo em perseguir a distinção entre o camponês e o agricultor agroindustrial, fazendo um contraponto com a definição da Lei de Agricultura Familiar.

A não valorização do modo de vida do camponês, pelo uso livre e às vezes contraditório da expressão “agricultura familiar camponesa”, cria uma aparente acomodação por parte de formuladores de políticas e de estudiosos. Uma vez que desconsidera especificidades do modo de vida camponês e trata-os como parte de uma genérica categoria de agricultor familiar, sem adentrar no âmago de contradições presentes no meio rural nem propor políticas públicas capazes de atender as especificidades e diferenças socioculturais e econômicas dos diferentes segmentos familiar no rural.

Assim, um campesinato pouco ou quase nada reconhecimento não requereria ações do Estado, uma vez que se encontra atendido nas políticas de agricultura familiar. Como afirma Van der Ploeg (2008, p. 34): “Esta falta de entendimento teórico reflete-se negativamente na formulação de políticas e também na forma, por vezes distorcida, como os novos movimentos sociais se relacionam com o campo”.

No percurso de análise teórica adentrou-se nos estudos clássicos do campesinato, nos quais **O Capital** (1867 – 1869), de Karl Marx, estabeleceu a hipótese de que com a evolução do capitalismo a agricultura camponesa europeia iria desaparecer e, em seu lugar, surgiria uma agricultura que seria um ramo da indústria (SEVILLA GUZMÁN; GONZÁLEZ DE MOLINA, 2005, p. 46). A tese de Marx foi um marco nos estudos camponeses e norteou - e ainda influencia - a produção acadêmica atual no Brasil e no Mundo.

No entanto, ao analisar os estudos brasileiros do campesinato feitos por Otávio Guilherme Velho, Horário Martins de Carvalho, Shepard Forman, Caio Prado Jr, Kalervo Oberg, Guilherme Palacios, Maria Isaura Queiroz, entre outros, identifica-se duas correntes de estudiosos: (a) uma que preconizava o fim do campesinato e o avanço do capitalismo no campo e (b) outra que defendia a estrutura feudal-escravista do período colonial como o nascedouro do campesinato brasileiro e a sua permanência através das brechas camponesas, do camponês marginal, do camponês de fronteira, etc.

Nos estudos contemporâneos sobre o campesinato, observou-se a posição de alguns autores⁹ que consideram que o processo de modernização da agricultura

⁷ A autora refere-se à característica da família, em que ao mesmo tempo é proprietária dos meios de produção e assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Associando “família-produção-trabalho”, isto implica na forma econômica e social deste grupo.

⁸ O autor trata da distinção entre a forma camponesa e da Agricultura Familiar

⁹ Sobre estes estudos, ver: Ploeg (2008), Sevilla Guzmán e González de Molina (2005), Nazaré Wanderley (2009), Toledo (1995), Toledo, Alarcón-Cháires e Barón (1999 e 2002), Horário Martins de Carvalho (2010, 2011) entre outros)

não foi capaz de suprimir o camponês, que se mantém, na atualidade, com um “modo de produção” baseado no uso “mais” sustentável do capital ecológico e que tem como uma das “principais características desse tipo de agricultura [...] a multifuncionalidade” (VAN DER PLOEG, 2008, p. 17). Além disso, opera um sistema de produção baseado na força de trabalho familiar ou através da mobilização de relações de reciprocidade, dentro da comunidade a qual pertence e que tem “a produção orientada para o mercado, mas também para a reprodução da unidade agrícola e da família” (VAN DER PLOEG, 2008, p. 17).

Reforçando, ainda, esta ideia, os dados do Censo Agropecuário Brasileiro de 2006, França, Del Grossi, Marques (2009, p. 20) identificou 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos agrícolas brasileiros. Logo, considerando a afirmação anterior, de que a categoria agricultura familiar inclui os camponeses, é importante estudar e caracterizar as tipologias e graus de camponês existentes dentro deste extrato de agricultor familiar, uma vez que assim será possível propor políticas e ações públicas mais adequadas a esta população.

Para tanto, será adotada a proposição de Van der Ploeg (2008), que caracteriza a condição camponesa no mundo atual como sendo:

(1) luta pela autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação. Essa condição tem como objetivo e se concretiza em (3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de co-produção¹⁰ entre o homem e a natureza viva que (5) interagem com o mercado (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de co-produção e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos próprios poderão ser (9) fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações (PLOEG, 2008, p. 40).

2. METODOLOGIA

Este estudo parte da premissa de que o rural é um “referente empírico”, que, segundo Toledo, Alarcón-Cháires e Barón (2002, p. 21), só se pode analisar através de uma abordagem interdisciplinar e/ou multidisciplinar. Deste modo, o rural deve ser estudado a partir das dinâmicas sociais, de suas inter-relações com o urbano-industrial e de suas conexões com a natureza.

Sendo assim, esta pesquisa relaciona as ciências agrárias e as ciências sociais e humanas dentro do campo abrangente dos estudos camponeses, cujo campo das diferentes ciências mencionadas procura apreender não apenas uma dimensão material - como a agrobiodiversidade, o desenho da unidade produtiva, entre outros -, mas também uma dimensão simbólica (espaço social e de reconhecimento do ser camponês).

¹⁰ Coprodução diz respeito à interação e transformação mútua entre o homem e natureza viva (PLOEG, 2008). A coprodução descreve uma forma específica de “metabolismo social” (ver TOLEDO e GONZÁLEZ DE MOLINA, 2011)

Para tanto, foi utilizado como método a coleta de dados direta, que é definida como sendo aquela na qual os dados são obtidos pelo próprio pesquisador através de levantamento de registro ou coletados diretamente através de inquéritos, questionários, entrevistas, etc. Também optou-se por fazer uma coleta de dados contínua. Isto exigiu, além de uma pesquisa de campo, feita por meio de entrevistas semiestruturadas, também a observação da dinâmica social na comunidade, realizada através de observação direta.

Destaca-se que, durante as entrevistas semiestruturadas ou abertas, foi utilizado o gravador como instrumento de apoio ao registro das falas dos entrevistados.

A disponibilidade dos entrevistados em falar de suas histórias particulares, assim como a abertura para o diálogo através de questionamento e, particularmente, o compartilhamento de suas ideias, experiências e opiniões foram os norteadores das entrevistas.

Ressalta-se que foi possível desenvolver uma relação de confiança que facilitou significativamente o levantamento de informações. Já o uso do gravador, em todas as entrevistas, permitiu o resgate através das transcrições de elementos significativos da história oral que permitiram analisar, em certa medida, elementos de subjetividade, como também o uso do caderno de campo, sendo esse fundamental para os registros, no momento, das primeiras impressões, de falar dos agricultores que chamaram a atenção.

Importante destacar que sempre que forem transcritas citações dos agricultores ou agricultoras entrevistados será usado um nome fictício.

3. DESCRIÇÃO DO AMBIENTE DA PESQUISA: SÍTIO PALMEIRAS, CHÃ GRANDE (PERNAMBUCO)

Os dados de campo da pesquisa foram levantados na comunidade do Sítio Palmeiras, localizado no município de Chã Grande, região da Mata Norte do Estado de Pernambuco. A opção em realizar a pesquisa na Zona da Mata se deu pela sua importância histórica como região de estabelecimento do sistema de *plantation* no período colonial, do surgimento e expansão de um campesinato na primeira metade do século XVIII¹¹, e já no século XX de ter sido palco de lutas camponesas.

Além disso, a complexidade ecológica e social da região, herdada de seu processo histórico e da dinâmica social, foi definidor para buscar uma aproximação entre o teórico e a realidade social. Na atualidade, estudos do PROMATA (2002) apontam que:

[...] na Zona da Mata, a cana-de-açúcar permitiu o desenvolvimento de outras culturas exploradas pelos trabalhadores moradores, normalmente cultivos temporários, como a mandioca, macaxeira, e também árvores frutíferas, que servem para a alimentação humana e animal. Os pequenos sítios e pomares desapareceram quase completamente com o fim do sistema de morada, ao final da década de 1960. Apesar disso, a produção de alimentos e a de outras culturas comerciais continuaram a existir em áreas marginais não

¹¹ Estudos empreendidos por Guilherme Palacios (pp 112-113, 2004) apontam que na primeira metade do século XVIII, no Nordeste Oriental do Brasil, surgia e se expandia uma agricultura não escravista relativamente vigorosa, de base familiar, que teria propagado, especialmente a partir de 1720, pelas fertilíssimas áreas dominadas pelas plantações açucareira escravistas.

propícias ao cultivo da cana, normalmente em mãos de pequenos e médios proprietários. (PROMATA, 2002).

Especificamente, optou-se por estudar o município de Chã Grande¹², que, segundo dados do Promata (2003), integrava o território do município de Gravatá e tinha como sede a vila do mesmo nome. A Lei Estadual nº 4.961, de 20 de dezembro de 1963, criou o município e elevou sua sede à categoria de cidade. Está localizado na microrregião de Vitória de Santo Antão, tendo uma área de 83,4 km². Fica a uma distância da Capital (Recife) de 79,9 km e seu acesso se dá pela BR-232(P); PE-071(P).

Chã Grande tem uma população de 20.137 habitantes, com densidade demográfica de 237,33 hab./km² (IBGE, 2010). Localiza-se num brejo de altitude, na subida do Planalto da Borborema, a uma altitude de 470 metros, numa zona de transição entre os complexos ecológicos da Mata Atlântica e do Agreste. Os limites geográficos são: Norte: Gravatá; Sul: Amaraji e Primavera; Leste: Pombos; Oeste: Gravatá.

A cidade de Chã Grande possui um solo apropriado ao cultivo permanente de culturas agrícolas, sendo esta a principal atividade econômica do município. Atualmente, é responsável pela produção de culturas que variam entre o chuchu (principal cultura do município), folhosas (cultura secundária) e graviola, além das culturas de cana-de-açúcar, fumo em folha, limão, tomate, batata doce, mandioca e mamão.

No município encontram-se grandes receptores da produção agrícola, como as redes de supermercados Bompreço e Carrefour, além de distribuidores de produtos agrícolas na CEASA. As atividades econômicas secundárias do município de Chã Grande são o comércio e a indústria, esta ainda em pequena escala, contando apenas com unidades manufatureiras.

A população rural no município, em 2010, representava em torno de 32% do total geral da população residente, como demonstra o quadro abaixo:

Quadro 2 – População residente no Município de Chã Grande

População total	20.137
Urbana	13.692
Rural	6.445

Fonte: Fidem/Condepe (2010)

O quadro abaixo demonstra o número de estabelecimentos rurais por condição de produtor em relação à posse da terra, segundo dados da Fidem//Condepe. Podemos notar que a grande parcela de proprietário é a mais significativa das categorias.

¹² Encontraram-se na pesquisa de dados secundária realizada relatos históricos que remetem ao início do povoamento do atual município de Chã Grande, entre o ano de 1879 e 1878, em terras pertencentes ao Sr. Joaquim Amaro, sendo este senhor um dos primeiros habitantes da futura vila que, até então, pertencia ao município de Vitória de Santo Antão. Naquela época, era chamada MUNBUCAS, e, anos mais tarde, passaram a pertencer ao Sr. José Machado. No ano de 1878, aproximadamente, já com um pequeno número de casas, surgiu o nome de CHÃ GRANDE, por se encontrar localizada numa chã muito grande (IBGE, 2000)

Quadro 3 – Estabelecimentos por condição do produtor em relação às terras

Ano	Município	RD	Estado
Estabelecimentos			
2006	1.443	21.434	304.788
Proprietário			
2006	1.223	12.484	225.227
Assentado sem titulação definitiva			
2006	1	1.657	8.710
Arrendatário			
2006	1	328	7.425
Parceiro			
2006	2	306	5.280
Ocupante			
2006	199	4.322	38.401
Produtor sem-área			
2006	17	2.337	19.745

Fonte: Fidem/Condepe (2006).

A pesquisa foi realizada na comunidade do Sítio Palmeiras, sendo entrevistadas 20 (vinte) famílias. O que representa 20% do universo de moradores na referida comunidade. A partir da 12ª entrevista, as respostas começaram a se repetir, contudo, decidiu-se realizar mais 08 (oito) entrevistas restantes.

A comunidade possui em torno de 100 (cem) famílias que estão vinculadas à Associação dos Pequenos Produtores do Sítio Palmeiras, sendo que 25 (vinte e cinco) famílias se nomeiam produtores “orgânicos/agroecológicos” e as demais são produtores convencionais. No entanto, este fato não foi determinante para a definição da amostra, que foi feita de forma aleatória.

As áreas das propriedades pesquisadas são todas de minifúndios, sendo o mínimo de 0,5 hectares e máximo de 9,0 hectares. Quase todos os membros da comunidade têm ligações de parentesco entre si.

Os principais pontos de escoamento da produção são: as feiras de orgânicos/agroecológicas em Recife, nos bairros de Casa Forte, das Graças, do Rosarinho, de Areias, do Pina e na Central de Abastecimento de Pernambuco (Ceasa), sendo este último não apenas para a feira de orgânico, mas também para os produtores convencionais. As principais culturas são chuchu (dos produtores convencionais), e horticultura (produtores orgânicos/agroecológicos).

3.1. Resultados e discussões

O desafio era apreender numa realidade rural que apresenta uma intensa dinâmica social e cultural através de índice que pudesse dar uma leitura da realidade. Neste sentido, ressalta-se a fala de Woortmann (1999), o qual afirma que a campesinidade - e aqui se acrescenta a agroindustrialização -, se apresentará sobre diferentes formas, em diferentes lugares e tempo.

A conclusão, a partir das análises dos dados é que o grupo pesquisado se caracterizaria, no geral, como sendo agricultores em transição, com um movimento nos dois sentidos, ou seja, alguns mais direcionados para o modo camponês e outros com uma tendência maior à modernização.

Parece que esta é a realidade das comunidades rurais, na qual se encontram agricultores que guardam uma proximidade maior com as características de produção e consumo camponês, e outros que vêm se diferenciando e se aproximando mais ao modo agroindustrial. Assim, reafirma-se a hipótese de que o rural mantém diferente configuração de situações que vão desde um agricultor “mais camponês” a um mais “modernizado”, constituindo um mosaico numa mesma comunidade. Como afirma Nazaré Wanderley, é preciso falar de “rurais”, uma vez que matizes diferentes podem conviver em uma mesma comunidade e se ter os laços de solidariedade e os elementos de cultura como integrador dos grupos.

Utilizando as categorias apresentadas no quadro abaixo, no decorrer da pesquisa integramos uma quinta categoria, que é a reciprocidade, por ter aparecido várias vezes nas respostas dos entrevistados.

Quadro 4 – Categorias analíticas de diferenciação do grau de campesinidade e agroindustrial

Categorias	Camponês	Agroindustrial
Energia	Uso predominantemente de energia renováveis	Uso predominante de energia fóssil
Autossuficiência	Médias ou Alta autossuficiência. Pouco uso de insumos externos	Baixa ou nula autossuficiência. Alto uso de insumos externos.
Força de trabalho	Predomina da familiar e ou comunitária	Familiar e ou assalariada permanente
Agrobiodiversidade	Predomínio de média a alta agrobiodiversidade	Área de cultivo com baixa agrobiodiversidade, predominando a especialização

Fonte: Adaptação a partir das proposições de Víctor Toledo (1995, p. 12)

Importante destacar que o tipo de energia utilizado durante o processo de apropriação/produção da unidade produtiva permite uma caracterização distinta entre o camponês e o produtor agroindustrial ou moderno. Encontrou-se uma realidade com um baixo ou quase nulo de uso de energia renovável tanto no processo produtivo como reprodutivo, havendo, assim, o uso de energia mista - o que expressa um estado intermediário dos agricultores.

Uma das características do modo camponês, segundo Toledo, Alarcón-Cháires e Baron (2002), é seu relativo grau de autossuficiência, uma vez que a família camponesa consome uma parte substancial de sua produção e concomitantemente produz parte dos bens necessários para a sua manutenção. Aqui predomina o valor de uso sobre o valor de troca. Os autores vão além e afirmam: “Esta primeira singularidade deriva, por sua vez, de um fato: a produção combinada de valores de uso e mercadorias busca a reprodução simples da unidade doméstica camponesa” (Toledo; Alarcón-Cháires; Barón, 2002, p 39, tradução livre). Esta categoria foi medida pela (a) autossuficiência alimentar; (b) autossuficiência produtiva, (c) autossuficiência genética, e (d) autossuficiência financeira. Como

resultado tem-se agricultores com um índice de 0,5, que caracteriza um produtor intermediário. No entanto, destaca-se que, mesmo que haja uma alta autossuficiência alimentar na comunidade, no que se refere à autossuficiência produtiva, genética e financeira são baixas.

Em relação à diversidade produtiva, havia como indicador o fato de o agricultor camponês ter na propriedade um sistema de policultura, e no sistema agroindustrial ou moderno um sistema produtivo, onde predomina a monocultura.

Os achados da pesquisa realizada apontam para o fato de que 45% dos agricultores plantam um tipo de cultura comercial, que é o chuchu, e 55% são policultores. No entanto, vale um destaque, pois foi encontrada, entre os policultores, uma especialização no sistema de produção de hortícolas orgânicas/agroecológicas, com grande diversidade dentro deste sistema.

Um dado importante é entre aqueles que afirmam plantar hortícola e que têm uma especialização no sistema produtivo com a presença de pelos menos 30 (trinta) variedades. Contudo, a partir da observação do ambiente, chama atenção a pouca presença de árvores e a pouca diversificação de outras culturas, tais como milho, feijão, mandioca, entre outras, como também a presença de animais, tão comum no meio rural.

Há uma unanimidade entre os estudiosos do campesinato em relação ao fato de que a agricultura camponesa baseia-se em uma força de trabalho familiar e comunitária, prioritariamente. O produtor agroindustrial ou moderno busca o mercado para obter este recurso, ou seja, sua produção baseia-se em uma mão de obra contratada. Como resultado do levantamento de dados, observou-se que em 75% das unidades produtivas a mão de obra utilizada é familiar ou comunitária, e em 25% das unidades produtivas a mão de obra é familiar e com contratação de terceiros, de forma permanente.

No entanto, quando ocorre o caso de contratação de terceiros, foi possível constatar através de informação dos entrevistados que é, normalmente, alguém da comunidade. Integramos a categoria de reciprocidade, uma vez que os dados levantados apresentavam vários relatos de relações de reciprocidade.

Entende-se por reciprocidade o que Sabourin (2009, p. 51) conceitua como sendo “a dinâmica de reprodução de prestações, geradoras de vínculo social” e o sentimento de pertencimento a um grupo (comunidade camponesa). Ainda, segundo o autor, a reciprocidade se revela em forma de solidariedade “na produção ou redistribuição de alimentos, que constituem o plano do real”. Já no âmbito do simbólico ela se revela nos cantos, nas rezas coletivas, entre outros. Como afirma: “A linguagem está na base da reciprocidade. Este compartilhamento recíproco permitido pela linguagem dá sentido à ação do homem” (SABOURIN, 2009, p 52).

Na coleta de dados encontramos três situações que bem expressam a reciprocidade na comunidade estudada: a primeira diz respeito ao uso do transporte coletivo para o processo de comercialização dos produtos orgânicos/agroecológicos; a segunda se relaciona com o processo de comercialização, ou seja, há uma prática na comunidade de se comercializar os produtos do vizinho que não pode ir à feira (isto ocorre entre os produtores orgânicos/agroecológicos); e, a terceira é a existência de uma prática de troca ou doação de produto entre os moradores da comunidade.

Outras situações encontradas foram as práticas de rezas coletivas, cantos e festas, que são realizadas para reverenciar a Santa da Comunidade, com o objetivo de arrecadar dinheiro para obras coletivas.

Assim sendo, o quadro abaixo apresenta a síntese do grau de campesinidade e agroindustrialização na comunidade do Sítio Palmeira, onde há uma predominância de produtor em transição. As marcações mais escuras

caracterizam onde, de forma geral, o grupo se encontra com mais intensidade, e as cores mais claras com menos intensidade, considerando a categoria em análise.

Quadro 5 – Grau de campesinidade e agroindustrialização da comunidade do Sítio Palmeiras, Chã Grande, Pernambuco

Categorias	Camponês	Produtor intermediário	Agroindustrial ou moderno
		←	→
ENERGIA		Predomínio de uso de energia mista	
AUTOSSUFICIÊNCIA		Autossuficiência média. uso médio de insumos externos.	
DIVERSIDADE PRODUTIVA		Média diversidade produtiva	
FORÇA DE TRABALHO	Uso predominantemente de força de trabalho familiar e/ou comunitárias		

Fonte: elaborado pela autora, 2013

A partir da hipótese formulada para este estudo - de que o processo de modernização no campo não aconteceu de forma homogênea para todos os agricultores, tendo havido aqueles produtores que resistiram e aqueles que aceitaram parcialmente as tecnologias da Revolução Verde e outros que se modernizaram, adotando o chamado “pacote tecnológico” (sementes melhoradas, agrotóxicos, fertilizantes químicos e motomecanização, entre outros), criando no meio rural diferentes configurações distintas -, optamos por buscar compreender estes diferentes cenários no meio rural, através da metodologia de “graus de campesinidade e agroindustrialização” (TOLEDO, 2005).

No entanto, destaca-se que o ambiente rural é dinâmico e que estas transformações no campo dependem de cada contexto e da cultura local. É, fundamentalmente, na forma com que cada agricultor se diferencia na sua relação de apropriação/produção que lhe coloca mais ou menos ao lado do modo arquétipo camponês ou arquétipo agroindustrial, em sua relação com a natureza e com a sociedade em geral.

Uma primeira constatação apontada pela metodologia de grau de campesinidade e agroindustrialização é o fato que no ambiente analisado predomina agricultores intermediários, sendo que algumas famílias estão mais próximas do modo camponês e outras mais próximas do modo agroindustrial ou moderno de fazer agricultura. Contudo, é possível identificar três realidades distintas, que são apresentadas a seguir:

Tipo 1: uma família de agricultor camponês pauperizada, que não tem a posse da terra, estando em área mínima (0,5 ha), normalmente cedida por um parente de um dos cônjuges, onde o homem, via de regra, trabalha assalariado, em média 03 (três) dias por semana, em propriedade de outro agricultor. A relação de venda de produtos no mercado envolvente é praticamente nula, e, quando realizada, os produtos são levados à feira por vizinhos ou parentes. A atividade produtiva e uso

de tecnologia está limitada pela disponibilidade de recursos humanos e financeiros da família. Os produtos cultivados são consumidos, em sua quase totalidade, pela família, e o excedente é vendido ou trocado na comunidade para complementar as necessidades da mesma, junto com o pagamento do trabalho fora da propriedade. A possibilidade de ascender a uma categoria superior parece ser ínfima. Em relação aos programas governamentais, a família tem acesso ao Programa Bolsa-Família.

Tipo 2: este grupo se caracteriza por ter a posse da terra, normalmente herdada de um ancestral que foi fundador da comunidade, mas que já foi desmembrada por este entre os filhos. Tem em média 1,0 a 4,0 ha. É policultor com especialização em hortícolas orgânica/agroecológica, sendo este o produto comercial. A totalidade da área é cultivada com esta cultura, havendo uma grande diversidade no sistema (em média mais de 30 (trinta) espécies de hortícola). Não possuem, em sua maioria, animais dentro do sistema produtivo. São produtores orgânicos/agroecológicos, participando de 01 (uma) a 03 (três) feiras agroecológicas em Recife ou municípios vizinhos. O transporte dos produtos é feito de forma coletiva. São produtores com mais acesso que o tipo 1 (um) à programas e políticas públicas, tais como crédito, Bolsa-Família, programa de cisternas.

Além disto, participam ativamente da associação de moradores e das instâncias de consultas sobre o rural no município, como, por exemplo, Conselho de Desenvolvimento Rural do Município. Têm acesso à assistência técnica governamental, da sociedade civil e do município. Sua força de trabalho é basicamente familiar e não vendem a mão de obra para terceiros.

Os investimentos na unidade produtiva são decididos pelos membros ativos da família e, em sua maioria, nos últimos anos, foram em sistema de irrigação, transporte de passeio (carro ou moto), reforma da casa, entre outros. Seguindo uma estratégia que se ajusta aos objetivos familiares. Estão claramente na lógica camponesa definida por Chayanov, ou seja, na tentativa de manutenção do equilíbrio do grupo familiar, entre a satisfação das necessidades dos mesmos e a necessidade de emprego de força de trabalho familiar.

Tipo 3: esta tipologia, como a anterior, tem a posse da terra, normalmente herdada dos primeiros moradores da comunidade, mas que já foi desmembrada, tendo em média 1,0 a 9,0 ha. São monocultores, sendo o chuchu a cultura comercial. Usam agrotóxicos e comercializam a produção ao atravessador ou diretamente na Ceasa (no caso do agricultor atuar como atravessador). O transporte da produção é feito através do atravessador. Buscam informações normalmente no fornecedor de insumos externos, tendo pouco contato com a extensão rural, a não ser nos casos em que demandam via associação de produtores da comunidade. Participam da Associação de produtores da comunidade e acessam o programa bolsa família e o crédito do Pronaf. Sua força de trabalho é basicamente familiar e, às vezes, compram força de trabalho de terceiros. No entanto, sua lógica de reinvestimento continua a ser familiar.

O quadro a seguir apresenta uma síntese desta situação:

Quadro 6 – Tipologias das unidades de produção em função do grau de inserção nos distintos mercados

Tipo	Grau de inserção nos distintos mercados					
	Terra	Insumos (interno ou externo)	Capital	Trabalho	Produtos agrícolas	Bens e serviços
Tipo 1	*	*	*	*	*	*
Tipo 2	**	*** (internos)	**	**	***	***
Tipo 3	**	*** (externos)	**	**	**	**

*** inserção intensa * inserção débil

Fonte: A autora, 2012.

4. CONCLUSÃO

Consideramos que os dados empíricos nos apontam para o fato de que a diferenciação de tipos parece demonstrar que o tipo 1 é um camponês proletarizado. No entanto, o tipo 2 e 3 não se diferenciam pelo fato de mais ou menos capacidade de acumulação de capital, mas por adotarem, em uma certa medida, de forma parcial, o modelo da Revolução Verde. O tipo 3 utiliza com mais intensidade os insumos externos e tem uma relação mais frágil com a natureza. Diferente do tipo 2, que mantém uma troca no seu sistema produtivo e no modo de vida mais próximo com a natureza.

Um segundo ponto que se destaca é o fato de que quase a totalidade da comunidade ter acesso ao Programa Bolsa Família¹³, sendo as mulheres as beneficiárias do Programa. Ou seja, são elas que recebem diretamente o benefício. Os valores do programa passaram a integrar a renda familiar e, para as famílias mais pobres (tipo 1), têm sido um complemento importante. Contudo, parece plausível pensar em estratégias de sustentabilidade para esta tipologia de família, que, em curto prazo, não tem muitas alternativas de subir ao tipo 2, sendo um elemento fundamental para esta ascensão à posse da terra.

Evidencia-se, no estudo empírico realizado, que o comportamento das unidades domésticas de produção e consumo, e, conseqüentemente, a economia gerada por elas, foram capazes de se adaptar e resistir, no curso da história, às circunstâncias econômicas da sociedade capitalista.

Outro aspecto de destaque refere-se à estrutura fundiária, como foi apresentado no capítulo anterior. As áreas são constituídas entre 0,5 ha (mínimo) a 9,0 ha (máximo), o que se caracteriza como minifúndios. Estas áreas ainda poderão ser divididas entre os membros da família, à medida que constituam suas próprias famílias e decidam por permanecer na comunidade. Nesta situação, o tamanho da terra é um elemento importante para a continuidade do modo de vida camponês, o que, neste caso, se coloca em risco, uma vez que, com áreas tão pequenas, não é possível que se subdivida tantas vezes para atender as necessidades de subsistência.

Além disto, deve-se considerar que é através da terra que a família camponesa concretiza o seu “modo de vida”, seu sistema de coprodução e a

¹³ O Bolsa Família (BF) é um Programa de transferência de renda, do Governo Federal, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que provê um benefício monetário mínimo às famílias pobres. As condicionalidades do programa são: educação (frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre seis e quinze anos, e mínima de 75% para adolescentes de dezesseis e de dezessete anos); saúde (acompanhamento do calendário vacinal para crianças até seis anos); pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrízes na faixa etária de 14 a 44 anos.

perpetuação de uma cultura. Ainda que haja no Brasil políticas de acesso a terra, a exemplo do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF¹⁴, o mesmo não parece chegar a este grupo. Como menciona Nazaré Wanderley (p. 13, 2011) sobre a questão fundiária: “projeto de modernização que foi levado a cabo na agricultura brasileira, em que a escala se tornou um requisito do acesso aos bens públicos necessários à formação da competitividade, como se o tamanho fosse condição de eficiência”. Ou, ainda, como menciona Horário Martins de Carvalho (2009):

A permanência dos produtores rurais familiares na terra, num processo familiar de produção, integrados direta ou indiretamente ao capital, ou vivenciando tentativas de autonomia perante o capital, dá-se porque o objetivo estratégico desses produtores rurais familiares é garantir a reprodução social da família de maneira a que possam, num processo continuado e crescente, melhorar os padrões de qualidade de vida e de trabalho (CARVALHO, 2009)

Um aspecto de diferenciação que se evidenciou na análise de dados, é a percepção do grupo de agricultores orgânico/agroecológico sobre a natureza. Eles compreendem que o seu sistema produtivo deve reproduzir o ambiente natural e que a manutenção e recuperação de cursos de rios, o uso de produtos biológicos, entre outros, são ações importantes para o equilíbrio natural do seu agroecossistema e do ambiente natural. Já os produtos “convencionais” não demonstraram esta preocupação e consciência, o seu sistema de produção está basicamente suprido por insumos externos.

Em suma, a pesquisa aponta para o fato de que o processo de modernização da agricultura não foi algo homogêneo, mas se caracteriza como uma estratégia de diferenciação e submissão do agricultor à industrial, que, mesmo quando atinge alguns agricultores “mais pobres”, como o que se nomeia e são nomeados pelos seus pares como “convencionais”, o fez de forma parcial. Ou seja, neste caso, a adoção foi pelos agrotóxicos e pela mudança de uma atividade de policultura por uma monocultura comercial direcionada às áreas urbanas. Como afirma Nazaré Wanderley sobre o processo de modernização da agricultura brasileira:

Este processo se mostrou fortemente seletivo, atingindo diretamente apenas certo tipo de unidades produtivas que realizam determinadas culturas ou criação, em algumas áreas específicas do país, e transformando desigualmente as diversas fases do processo produtivo. (Wanderley, 2011, p 331).

O grupo de agricultores pesquisados guarda algumas características do protótipo camponês, mesmo que algumas famílias às vezes se inclinam mais para o modo agroindustrial (ainda que de forma parcial). Mas prevalecem elementos comuns ao modo camponês, que são: (1) a não separação da unidade de produção e consumo; (2) o domínio da mão de obra basicamente familiar e comunitária; (3) a integração parcial com o mercado; (4) a economia baseada na unidade doméstica e de produção; (5) as relações de reciprocidade entre os membros da comunidade.

No entanto, para o grupo que se encontra mais próximo do modo de vida camponês, destaca-se a consciência da importância da conservação e manejo adequado do meio ambiente para a manutenção de seu agroecossistema e das trocas estabelecidas entre o agroecossistema e a natureza, além de apresentar um maior compromisso com o consumidor final, no que se refere à venda de alimentos limpos.

¹⁴ O Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria de Reordenamento Agrário, desenvolve o **Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)**, que oferece condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento.

Observa-se que, como alguns estudiosos acreditavam, o camponês não desapareceu com o desenvolvimento do capitalismo, mas encontrou formas de resistências e permanência, transformando-se e recriando sua relação com a sociedade envolvente e economia global, mantendo elementos de um campesinato. Um bom exemplo disto é o mecanismo adotado pelos agricultores orgânicos/agroecológicos da comunidade que comercializam seus produtos diretamente aos consumidores finais, nos bairros do Recife. São estratégias de continuidade de um modo de vida camponês atualizadas no mundo contemporâneo, que lhe permite um projeto de autonomia frente à tentativa de subordinação do capital. Sem esquecer que aí se coloca as contradições das relações mercantis ou da lógica da economia do excedente.

Destacam-se, ainda, alguns temas de estudos que seriam importantes realizarem: (a) os fatores de permanências dos jovens na comunidade, uma vez que foi identificado que a composição das famílias é, em média, de 03 (três) jovens com idades entre 14 e 28 anos (excluindo as crianças), todos com atividades dentro da unidade de produção e consumo; (b) impacto e mudanças provocadas pelo Programa Bolsa Família na sustentabilidade do modo de vida camponês; (c) destino das famílias em função da estrutura fundiária (minifúndio); (d) transmissão do saber e conhecimento camponês para as crianças e jovens no seu processo de formação de ser agricultor.

Outro estudo pertinente seria avaliar se a atuação da assistência técnica, seja ela governamental ou da sociedade civil, tem sido capaz de modificar o sistema de produção diversificado para a especialização de culturas, uma vez que aparentemente esta mudança ocorreu mais fortemente a partir das entradas destes agricultores nas feiras orgânicas/agroecológicas.

Sugere-se, ainda, que as políticas públicas para a agricultura familiar possam ser revistas e contemplem as múltiplas possibilidades de atores que estão no campo, compreendendo que o uso geral da categoria de agricultor familiar não dá conta das diferenças existentes, ou, como diz Nazaré, “dos rurais”. Assim sendo, alguns grupos necessitam de políticas distintas, por exemplo: o crédito rural deveria contemplar as lógicas existentes na unidade de produção e consumo camponês, e não só olhar, de forma parcial, para a unidade de produção.

Outro aspecto é a revalorização do camponês e do agricultor familiar, que não seja normatizada pela generalização da categoria de agricultor familiar, o que poderia promover o resgate da identidade do camponês e do agricultor familiar como sujeitos políticos e sociais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Editora Hucitec, ANPOCS, Editora da Unicamp, São Paulo, Rio de Janeiro-Campinas, 1992.

BRASIL, **Lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006**, Lei da Agricultura Familiar, Brasília, 2006.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In **A questão Agrária**. Organizadores José Graziano da Silva e Verena Stolcke. Editora Brasiliense, São Paulo, 1981.

MARX, Karl. **O Capital**, Edição resumida, 7ª edição, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1980.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In **O Mundo Rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. In **O Mundo Rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Apresentação In **O Mundo Rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. História do campesinato brasileiro. In **XX Encontro Anual das ANPOCS**. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, Minas Gerais, 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**, Editora Unicamp, São Paulo, 2011.

WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVANCANTI, Josefa S.B; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Org) **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. Vol I, Editora UNESP; Brasília, DF, NEAD, 2009

WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVANCANTI, Josefa S.B; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Introdução: Estudos clássicos brasileiros sobre o campesinato. In **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. Vol I, Editora UNESP; Brasília, DF, NEAD, 2009

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. Zahar editores, Rio de Janeiro, 1970.

PLOEG, Jan Douwe Van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade**. UFRGS editor, Porto Alegre, 2008.

PLOEG, Jan Douwe Van der. O modo de produção camponês revisado. In **A diversidade da agricultura familiar**. Sergio Schneider (Org). UFRGS editora, Porto Alegre, 2009.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Editora Garamond Ltda, 2009, Rio de Janeiro.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; GONZÁLEZ de MOLINA, Manuel.; **Ecologia, campesinado e historia**. Las ediciones de La Piqueta, Madrid, 1993

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; GONZÁLEZ de MOLINA, Manuel.; **Sobre a evolução do conceito de camponesato**. Via Camponesa do Brasil, Brasília, 2005

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceitualizações e desconceitualizações – o velho e novo em uma discussão marxista. In **Revista Nera**, ano 8, N.7, Presidente Prudente, 2005.

PROMATA, Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco - PROMATA elaborado por Clóvis Cavalcanti, Adriano Dias, Cátia Lubambo, Henrique de Barros, Levy Cruz, Maria Lia C. de Araújo, Morvan Moreira, Osmil Galindo, 2002. FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, **In Trabalho para discussão**, Número 135/2002, fevereiro/2002, Pesquisado no site <http://www.fundaj.gov.br/tpd/135.html>, em 19/12/2011

TOLEDO, Victor Manuel, **Campesinidade, agroindustrialidad, sostenibilidad: los fundamentos ecologicos e históricos del desarrollo rural**. Centro de Ecología, UNAM, México, 1995.

TOLEDO, Victor Manuel; ALARCÓN-CHAIRES, Pablo; BARÓN, Lourdes. Estudiar lo rural desde una perspectiva interdisciplinaria: una aproximación al caso de México. **In Estudios Agrarios**, vol 12, México, 1999.

TOLEDO, Victor Manuel; ALARCÓN-CHÁIRES, Pablo.; BARÓN, Lourdes. **La modernización rural de México: un análisis socioecológico**. Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales, Instituto Nacional de Ecología y Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2002.

TOLEDO, Victor Manuel; JULIA, Carabias; MAPES, Cristina.; TOLEDO, Carlos. **Ecología y autossuficiência alimentaria**. 5ª edição, Siglo Veintiuno Editores, México, 2000.

TOLEDO, Victor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso.; La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabiduras tradicionales. **In Perspectivas Agroecológicas**, Icaria editorial, Barcelona, Espanha, 2008.